

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-592-1 DOI 10.22533/at.ed.921190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Formação, Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no Brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo “A Alfabetização de Crianças Autistas” de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. “A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso”, das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

“A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública”, de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capítulo “A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas”

Em “A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios”, Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em “A Percepção de Professore(a)s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Grazielle Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelsleuchter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo “Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo “A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor”

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo “A Reflexividade na Grounded Theory”. Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de “Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015” realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta “Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás”, capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: “Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos”. Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em “Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto”.

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo “Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014”. Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em “Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012”.

No capítulo “Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil” Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves** apresentam o capítulo “Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/ INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus” no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem “Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?” No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo “Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação” de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em “Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação” Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado “Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I”. Já em “Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná” Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em “Ideias Higienistas na Revista Pedagogium (1922-1923)” Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam a ocorrência de ideias higienistas na revista Pedagogium, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em “O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento” propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, “O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura” de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam “O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI” a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em “Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia” Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo “Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar” de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em “Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro” realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar” de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem “Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC”. A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo “Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação”.

No capítulo “Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar”, Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em “Sistema de Avaliação Escolar”, Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam “Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB”. Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo “Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino” buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
<i>Fabiana Boff Grenzel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903091	
CAPÍTULO 2	9
A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	
<i>Telma Maria de Freitas Araújo</i>	
<i>Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte</i>	
<i>Maria Estela Costa Holanda Campelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903092	
CAPÍTULO 3	21
A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Joice Pereira da Silva Carvalho</i>	
<i>Simone Portella Teixeira de Mello</i>	
<i>Daniela Vieira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903093	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS	
<i>Marcos Gonzaga</i>	
<i>Regina Magna Bonifácio de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903094	
CAPÍTULO 5	42
A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS	
<i>Edson José Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903095	
CAPÍTULO 6	54
A PERCEPÇÃO DE PROFESSOR(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO	
<i>Rayuska Dayelly de Andrade</i>	
<i>Sueldes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903096	
CAPÍTULO 7	62
A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
<i>Andressa Grazielle Brandt</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<i>Aline Aparecida Cezar Costa</i>	

CAPÍTULO 8 72

A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR

Jéssica Reis Silvano Barbosa

Gislaine Reis

DOI 10.22533/at.ed.9211903098

CAPÍTULO 9 80

A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY

Karla dos Santos Guterres Alves

Antônio Luiz Santana

DOI 10.22533/at.ed.9211903099

CAPÍTULO 10 88

ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015

Raimundo Ribeiro Passos

Afrânio Ferreira Neves Junior

Paulo Rogério da Costa Couceiro

Genoveva Chagas de Azevedo

Maria Marly de Oliveira Coêlho

Valdete da Luz Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.92119030910

CAPÍTULO 11 100

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92119030911

CAPÍTULO 12 109

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Alessandra Andrea Monteiro

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030912

CAPÍTULO 13 119

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Andreia Gasparino Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.92119030913

CAPÍTULO 14	130
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014	
<i>Alderita Almeida de Castro</i>	
<i>Sueli Aparecida de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030914	
CAPÍTULO 15	141
AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012	
<i>Glauco da Silva Aguiar</i>	
<i>Ligía Gomes Elliot</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030915	
CAPÍTULO 16	154
AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Natascha Carolina de Oliveira Gervázi</i>	
<i>Marcos Vinícius Meneguel Donati</i>	
<i>José Roberto Boettger Giardinetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030916	
CAPÍTULO 17	162
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS	
<i>Rosemary Farias Rufino</i>	
<i>Santana Elvira Amaral da Rocha</i>	
<i>Núbia do Socorro Pinto Breves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030917	
CAPÍTULO 18	174
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?	
<i>Andrialex William da Silva</i>	
<i>Tarcileide Maria Costa Bezerra</i>	
<i>Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro</i>	
<i>Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030918	
CAPÍTULO 19	183
CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Guacira Quirino Miranda</i>	
<i>Arlete Aparecida Bertoldo</i>	
<i>Priscila Miranda Chaves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030919	
CAPÍTULO 20	191
DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

CAPÍTULO 21 203

ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gildene do Ouro Lopes Silva

Amanda Lázari

Amanda Calefi Felex

DOI 10.22533/at.ed.92119030921

CAPÍTULO 22 211

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Jokasta Pires Vieira Ferraz

Andrea Polena

Simony Rafaeli Quirino

DOI 10.22533/at.ed.92119030922

CAPÍTULO 23 224

IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Arthur Beserra de Melo

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030923

CAPÍTULO 24 232

O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Laura Renata Dourado Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92119030924

CAPÍTULO 25 241

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA

Clarice de Matos Oliveira

Thenner Freitas da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030925

CAPÍTULO 26 250

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI

Ana Carolina Fleury

Ivo Monteiro de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.92119030926

CAPÍTULO 27 262

OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Cláudia Araújo de Lima

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

CAPÍTULO 28 271

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030928

CAPÍTULO 29 283

PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Marcelo da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92119030929

CAPÍTULO 30 309

PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR

Elaine Marasca Garcia da Costa

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030930

CAPÍTULO 31 323

PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

Douglas Bardini Silveira

Eduardo Aquini

Isonel Maria Comelli Pavei

DOI 10.22533/at.ed.92119030931

CAPÍTULO 32 331

RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Arthur Beserra de Melo

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030932

CAPÍTULO 33 342

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bruno Viviani dos Santos

Sabrina Araujo de Almeida

Pedro Humberto Faria Campos

DOI 10.22533/at.ed.92119030933

CAPÍTULO 34	355
SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	
<i>Katia Verginia Pansani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030934	
CAPÍTULO 35	363
UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB	
<i>Jhonathan Martins da Costa</i>	
<i>Carlos José de Farias Pontes</i>	
<i>Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030935	
CAPÍTULO 36	372
USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Laís Takaesu Ernandi</i>	
<i>Willian Pereira da Silva</i>	
<i>Suédina Brizola Rafael Rogato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030936	
CAPÍTULO 37	383
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES T	
TORIAIS	
<i>Débora Cabral Nunes Polaz</i>	
<i>Raquel Aparecida de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030937	
CAPÍTULO 38	390
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016)	
<i>Wania Regina Aranda da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030938	
SOBRE OS ORGANIZADORES	416
ÍNDICE REMISSIVO	417

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Evaldo Batista Mariano Júnior

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
– Ituiutaba – Minas Gerais

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Universidade Federal de Uberlândia – UFU –
Campus Pontal

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

Universidade de Uberaba – UNIUBE

RESUMO: A implementação das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar trouxe para as escolas desafios que se desvelam no cotidiano das salas de aulas, em que os atores educacionais se veem, em um plano teórico, ideológico, didático, metodológico, frente às demandas socioculturais de alunos que necessitam de atendimento especializado e inseridos em um ambiente no qual são desafiados a construir saberes adequados a essas demandas. Essa necessidade decorre das diversidades existentes na comunidade escolar brasileira, que contempla uma vasta dimensão de características. Nesse contexto, haja vista as dificuldades que permeiam este cenário, o presente trabalho objetiva fornecer subsídios para educadores e demais profissionais que atendem alunos portadores de necessidades especiais, ampliando os estudos e as discussões sobre o tema. A

metodologia utilizada consistiu na pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas. Assim, foram trazidos para o texto o entendimento de diversos autores que também se debruçaram sobre a temática, como Matos (2014) e Duek (2007), dentre outros. Enfim, após a explanação teórica proposta pelo trabalho, conclui-se que a educação inclusiva é repleta de conquistas e contradições que se desvelam na realidade das escolas, em que se propõem práticas inclusivas e se observam consideráveis avanços, mas, no entanto, permanecem as limitações, impasses e desafios que precisam ser superados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão Escolar. Desafios.

1 | INTRODUÇÃO

A implementação das políticas públicas em inclusão escolar fez com que se desvelassem no cenário das escolas limitações e contradições do sistema educacional brasileiro e colocou os atores educacionais frente ao desafio de atender às demandas cotidianas da aprendizagem na diversidade.

O presente estudo tem como tema a Educação Especial e Inclusão escolar frente aos desafios e às demandas socioculturais brasileiras. Sua relevância consiste no fato

de que, a partir das exposições que aqui serão feitas, poder-se-á refletir sobre os desafios enfrentados pelas escolas e professores no plano teórico, ideológico, didático, metodológico e as demandas socioculturais dos alunos que necessitam do atendimento especializado a ser oferecido na escola.

Objetiva-se, no campo teórico-ideológico, fornecer subsídios para educadores e demais profissionais que atendem alunos portadores de necessidades especiais, ampliando os estudos e discussões sobre o tema, haja vista as dificuldades que permeiam este ramo da educação, as demandas atuais a ela conferidas e a diversidade existente na comunidade escolar brasileira, que contempla uma vasta dimensão de características.

Neste contexto, faz-se necessário pensar em uma didática inclusiva, onde se busquem alternativas diversificadas de apoio à aprendizagem dos alunos com deficiência, adaptando as metodologias de ensino a cada aluno. A Educação Inclusiva no Brasil constitui um desafio enfrentado cotidianamente, sobretudo, pelos profissionais da Educação. O atendimento educacional com qualidade demanda as devidas condições e formação dos profissionais para que os objetivos sejam, de fato, alcançados e o desenvolvimento do aluno aconteça de forma plena, o que denota a importância deste estudo.

Este trabalho foi realizado através da pesquisa bibliográfica, que constitui o início de qualquer trabalho científico, permitindo com que o pesquisador conheça o que já se estudou sobre o assunto. Neste contexto, foram pesquisados livros, revistas eletrônicas e publicações de artigos científicos que abordam a educação escolar e a inclusão, bem como sites oficiais de órgãos públicos e a legislação correlata ao tema.

O referencial teórico utilizado baseou-se no estudo dos posicionamentos e observações tecidos por diversos autores que explanaram a temática. Dentre eles, Matos (2014) assevera que é nas condições históricas, políticas e socioculturais que se constituem as dificuldades enfrentadas pelos atores escolares. Em seu trabalho, a autora parte desta perspectiva para analisar as demandas decorrentes da educação inclusiva.

Já Duek (2007) lança olhares sobre uma série de desafios que a inclusão impõe aos profissionais que têm alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula. Segundo a autora, neste cenário a escola se vê obrigada a repensar a sua organização, rever suas concepções e práticas, a fim de atender as demandas de um público cada vez mais heterogêneo: cultural, social, econômica, cognitiva e linguisticamente. No texto, a autora ressalta as dificuldades e os desafios enfrentados por um grupo de professoras de uma escola da rede pública referentes à prática inclusiva, refletindo sobre possíveis estratégias de atuação frente ao novo cenário gerado pelas políticas de inclusão.

Desta feita, o presente trabalho será dividido em cinco seções, a contar desta, introdutória. No segundo momento será discorrido sobre a Educação Especial e a Inclusão Escolar, a legislação correlata ao tema, como a escola se vê frente à

inclusão, os desafios no plano teórico, ideológico, didático, metodológico e demandas socioculturais dos alunos. O que se pretende, nesta seção, é realizar uma exposição e uma discussão das teorias que embasaram o trabalho, buscando explicar o problema para então esclarecê-lo, dialogando com os argumentos teóricos que sustentam o estudo e enriquecendo o trabalho com contribuições teóricas sobre o assunto. a terceira seção será descrita a metodologia empregada para a elaboração do trabalho e na quarta serão detalhados os resultados encontrados. Enfim, a quinta seção trata-se de uma síntese final do trabalho, momento em que, após tecidas as análises e discussões dos resultados, serão apresentadas as conclusões advindas do presente estudo, haja vista as descobertas desveladas ao longo da discussão, seguida das referências bibliográficas utilizadas para desenvolvimento do trabalho.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação especial e inclusão escolar

Antes de aprofundar os estudos na problemática do trabalho, faz-se necessário realizar algumas explicações introdutórias, a fim de proporcionar uma base teórica que irá possibilitar um melhor entendimento do trabalho como um todo. Assim, far-se-á uma breve explicação sobre a compreensão da educação especial e o processo de inclusão que a envolve, na perspectiva das políticas públicas.

Os autores complementam que, nesta perspectiva, a compreensão da educação especial está relacionada a uma concepção e a práticas da escola comum que mudam não só a lógica do processo de escolarização, mas alteram sua organização e o estatuto dos saberes que são objeto do ensino formal. Já Domingos (2005, p. 74) traz que

O objetivo das políticas públicas, visando a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais para atender aos dispositivos legais é, segundo Mittler (2003), garantir o acesso e a participação de todos em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento.

Nesta passagem a autora comenta sobre os objetivos das políticas públicas voltadas para a inclusão escolar de modo a garantir o direito e o acesso de todos à educação.

A educação especial perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino. No entanto, ela não substitui nenhum outro nível, e sua preocupação é oferecer aos alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares. É preciso, contudo enfatizar que a ideia de inclusão é pensar em uma educação que pode ser acessível a todos, independentemente da deficiência.

As políticas voltadas para essa modalidade de ensino sinalizam para um novo conceito de educação especial, no qual as práticas de ensino visem o atendimento às especificidades dos alunos (público alvo) e a garantia do direito à educação a todos. Nesta perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um serviço ofertado pela educação especial, que representa uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), de modo que muitas destas inovações se deram em função da implantação de leis, decretos, portarias, resoluções e avisos que abarcam o tema, como será discorrido a seguir.

O AEE é concebido como uma diretriz política implementada pelo Ministério da Educação (MEC/2008), que parte do princípio de a Educação Especial deve ser operacionalizada na escola brasileira, oferecida de forma complementar ou suplementar à formação de seu público-alvo, devendo ser oferecida no turno oposto ao qual os alunos frequentam a escola regular. Este público-alvo é definido no Art. 4º da Resolução nº. 4, de 02 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial:

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009).

Para atuar no AEE, “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”, conforme o Art. 12 da citada resolução (BRASIL, 2009).

Contudo, o AEE tem como principal função complementar ou suplementar a formação do aluno, por meio da oferta de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que possibilitem a participação do aluno na sociedade de forma plena, colaborando para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

2.2 Legislação correlata

No campo legislativo, existem diversos dispositivos que tratam a Educação Especial, tanto no Brasil quanto internacionalmente.

Nas últimas décadas, tanto na legislação mais ampla, quanto nas políticas educacionais, foi intensa a ação do governo federal em prol de uma educação inclusiva, direcionada à garantia dos direitos de diversos segmentos sociais historicamente excluídos. Na área de educação especial, este evidente destaque também é resultado da mobilização das organizações civis, ligadas direta ou indiretamente às questões que afetam as pessoas com deficiência.

Para realizar um apanhado geral sobre a legislação correlata à educação especial no Brasil, o MEC dispõe em sua plataforma uma consulta à legislação específica a este ramo da educação, incluindo documentos internacionais que abordam o tema. Os dispositivos legais destacados são: Constituição Federal de 1988 - Educação Especial; Lei nº. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN; Lei nº. 9394/96 – LDBN - Educação Especial; Lei nº. 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial; Lei nº. 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº. 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; Lei nº. 10.436/02 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências; Lei nº. 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência; Lei nº. 8.859/94 - Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Também são citados inúmeros decretos, portarias, resoluções e avisos sobre a temática, aos quais o acesso é permitido a todos, sendo possível o download de qualquer dispositivo listado. Relevante frisar que é necessário o amparo legal para garantir direito à educação de qualidade à pessoas com deficiência. Os documentos internacionais listados são: Convenção ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2007; Carta para o Terceiro Milênio; Declaração de Salamanca; Conferência Internacional do Trabalho; Convenção da Guatemala; Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Um movimento que se destaca no tratamento dessas questões é o Todos Pela Educação - TPE, fundado em 2006. Trata-se de um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade.

O TPE atua a partir da congregação de representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais comprometidas com a missão do movimento (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014).

Segundo o TPE, os debates sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil

ganharam força durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), que traça 20 metas a serem cumpridas pelo país cumprir em um prazo de dez anos. A principal polêmica em torno dessa tramitação ocorreu em virtude da possibilidade de as crianças e jovens com deficiência serem matriculadas em escolas especiais e não obrigatoriamente na rede regular de ensino. Neste contexto, até 2011, os rumos da Educação Especial e Inclusiva eram definidos na Secretaria de Educação Especial (Seesp), do MEC, o que atualmente é incumbido à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI.

Dentre estes dispositivos, destaca-se o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que traz o seguinte: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A respeito da forma correta de pronunciar, há um debate sobre a terminologia correta para fazer referência aos portadores de necessidades especiais. Essa discussão existe no sentido de que o adjetivo “portador” não explicita com exatidão o que se deseja expor, uma vez que a condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa, logo, ela não “porta” sua deficiência, ela tem. Na conjuntura atual, quase totalidade dos documentos que se referem a essa terminologia, bem como os debates realizados sobre o tema, tem-se chegado ao consenso em adotar a expressão “pessoas com deficiência” em todas as manifestações orais ou escritas.

Portanto, o que difere a educação especial da educação em geral, é o atendimento, que será de acordo com as diferenças individuais do aluno, ao passo em que os objetivos da educação especial e da educação geral são os mesmos.

“A inclusão escolar se contrapõe à exclusão escolar e tem representado o espaço comum daqueles que se dedicam à de pessoas com necessidades educacionais especiais, aparece no centro de todas as discussões acerca da significação de ser deficiente” (DOMINGOS, 2005, p. 20-21).

Domingos (2005, p. 60) apud Mantoan (2003) traz que a LDB 9394/96 definiu finalmente o espaço da educação especial na educação escolar, mas, deixou de mencionar os aspectos avaliativos “e esta ausência gera preocupação, pois não se sabe o que fazer a respeito, pode-se tanto proteger esses alunos com parâmetros específicos para esse fim, como equipará-los ao que a lei propõe para todos”.

Em relação a este processo, é preciso pensar na avaliação como um processo contínuo, e não pontual, na medida em que ela objetiva construir conhecimento ao aluno e não puni-lo, partindo do preceito de que a nota é uma consequência do processo de aprendizagem.

2.3 A escola e a inclusão

Domingos (2005) entende que o cotidiano escolar é o espaço privilegiado, onde

ocorrem encontros de diversos segmentos que estão envolvidos com o dia a dia da escola, o que traz também para o campo as contradições que estão implícitas nas relações sociais que ali se constroem. Para a autora, este espaço deve propiciar, junto à comunidade escolar, a possibilidade da otimização das relações sociais, pois a escola é um espaço de interação, socialização, troca de saberes e experiências, além possibilitar diferentes tipos de aprendizagens, sendo elas cognitivas, afetivas, psicomotoras, esportivas e sociais.

Neste cenário, a questão da exclusão/inclusão social tem sido debatida com frequência, seguindo preceitos de que a escola seria “uma das instituições privilegiadas para quebrar com muitos tabus, o que pode proporcionar cenas de afirmações e transformações que apontam para as identificações, conflitos, consensos de identidades culturais em movimento” (DOMINGOS, 2005, p. 131).

Seguindo este raciocínio, conhecer, compreender e discutir sobre esta questão num cotidiano escolar, constituído também por alunos com necessidades educacionais especiais, implica na identificação e interpretação dos modos como ocorrem os sentidos e são construídos os significados nas interações com a diferença.

2.4 Desafios no plano teórico, ideológico, didático, metodológico e demandas socioculturais dos alunos

A reflexão sobre a atuação prática aos alunos com deficiência traz à tona a importância de pensar na inserção da equipe interdisciplinar formada por psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, que possibilitará aos docentes e demais profissionais da educação, estratégias de ensino e aprendizagem para ampliar a gama de conhecimentos que são ofertados aos alunos nos espaços formais e não formais de educação.

Duek (2007) traz em seu artigo publicado no IV Congresso Brasileiro de Multidisciplinar de Educação Especial¹, comentários sobre uma série de desafios que a inclusão impõe àqueles profissionais que têm alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula. Segundo a autora, por conta disso, a escola é obrigada a repensar a sua organização, revendo concepções e práticas, de modo a atender às demandas de um público cada vez mais heterogêneo: cultural, social, econômica, cognitiva e linguisticamente. Dessa forma, a partir da experiência da autora no contexto da escola inclusiva, ela lança seu olhar sobre este cenário repleto de obstáculos.

Os desafios destacados por Duek (2007) envolvem vários aspectos, dentre eles as mudanças nas representações e concepções docentes diante de uma nova situação deste teor, as condições de trabalho que os profissionais que lidam com esta questão enfrentam e a necessidade de colaboração entre família e escola e da qualificação profissional dos docentes que atuam junto a este alunado.

1 O referido congresso foi realizado em Londrina, em de 29 a 31 de outubro de 2007.

Conceber a escola, o aluno e o processo de ensino-aprendizagem de outro modo resulta decisivo para uma prática pedagógica diferenciada. O desafio de ensinar a todos os alunos na escola, que se quer inclusiva, exige o compromisso com indagações, onde o ideal de turmas homogêneas possa ser revisto à revelia de quadros diagnósticos pré-definidos; que se possa ver além da deficiência e as diferenças consideradas enquanto peculiaridades que a escola precisa se dispor a atender (DUEK, 2007, p. 3).

A partir desta perspectiva, cabe ressaltar que quando se fala em uma escola heterogênea, fala-se da diversidade nela presente. Existem pessoas diferentes, de diferentes culturas e comportamentos e que possuem diferentes jeitos de ser e agir. A autora verificou, contudo, que incluir requer a superação de alguns desafios, dentre eles, a mudança nas representações e concepções docentes, “pois os professores compartilham de representações dominantes no âmbito escolar, que se expressam nas suas ações profissionais das mais diversas maneiras e que podem, no caso específico da inclusão, estar dificultando esse processo” (DUEK, 2007, p. 94).

Já no tocante à formação de professores numa perspectiva inclusiva, a autora constatou que esta questão permanece aquém das expectativas e necessidades desses profissionais, influenciando suas práticas e, conseqüentemente, a escolarização do aluno com deficiência, e sugere a criação de um espaço nas escolas onde os professores possam entrar em contato com os colegas da equipe de trabalho, dentre eles, educadores especiais.

Coadunando com Duek (2007), Matos (2014) assevera que diante da necessidade de escolarizar alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em classes comuns do ensino regular, alguns dos principais desafios enfrentados pelos atores educacionais no cotidiano escolar são: a formação de professores, a convivência com a diversidade e a relação família-escola. Segundo a autora, a realidade revela, no entanto, que as escolas são espaços contraditórios, nos quais existem práticas de discriminação e conscientização, o que é algo distante do que preconizam os documentos oficiais sobre inclusão escolar.

Ela evidencia em seu trabalho que há demandas decorrentes do confronto entre as necessidades profissionais dos educadores e as proposições ou modo de atuação das políticas municipais e que os professores reconhecem as dificuldades advindas das limitações em sua formação inicial e que os cursos oferecidos pelo poder público têm sido insuficientes ou mesmo inadequados à realidade por eles vivenciada. Matos (2014) verificou que, além das demandas supracitadas, os profissionais estão entrelaçados à necessidade de um atendimento a alunos com uma gama de necessidades especiais, dentre elas a Paralisia Cerebral, sem comprometimento cognitivo, a Deficiência Auditiva, o Autismo, a Deficiência Múltipla, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Matos (2014, p. 38) afirma que

a simples inserção de alunos com NEE em classes comuns do ensino regular não assegura aprendizagem, nem viabiliza trocas sociais e simbólicas satisfatórias. Acredita-se que as demandas dos professores devam ser respondidas pelos poderes públicos, uma vez que cabe ao Estado o controle dos recursos financeiros, das decisões políticas e a responsabilidade pelo oferecimento do ensino de qualidade para todos.

Para a autora, é necessário, entre outros aspectos, investir na qualificação dos educadores, ampliar e diversificar a equipe que atua junto à educação especial e rever os modelos de intervenção juntamente com a comunidade escolar.

Desta feita, o tópico seguinte tratará da metodologia utilizada para a construção deste trabalho.

3 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada para desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, “feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32, *apud* MÉTODOS DE PESQUISA, 2009, p. 32).

A pesquisa pautou-se na concepção teórica de vários autores que abordam essa temática de pesquisa, sendo selecionados os estudos que enfatizaram os múltiplos olhares dos atores educacionais que se debruçam frente às demandas socioculturais advindas da inclusão. Na extensa produção bibliográfica brasileira que se debruça sobre o tema deste trabalho, coabitam diferentes abordagens sobre os desafios que permeiam a educação especial, sendo destacados neste trabalho os estudos de Matos (2014) e Duek (2007), haja vista as contribuições dos diferentes pontos de vista destas autoras para a construção deste estudo.

Para tanto, a partir da pesquisa em livros, revistas eletrônicas e publicações de artigos científicos que abordam a educação escolar e a inclusão, foram selecionados aqueles cujos olhares se voltaram para os desafios e as demandas socioculturais envolvidas nesse processo, além da realização de um estudo sobre legislação correlata ao tema, disposta em sites oficiais de órgãos públicos.

4 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Percebe-se que os entendimentos de Duek (2007) e Matos (2014) trazem a exposição de diferentes pontos de vista sobre a temática e que todas as questões suscitadas por ambas as autoras vêm não só a contribuir para a argumentação teórica deste trabalho, mas também, a evidenciar a complexidade da temática.

Para Duek (2007), a escola é obrigada a repensar a sua organização, revendo concepções e práticas, de modo a atender às demandas de um público cada vez mais heterogêneo: cultural, social, econômica, cognitiva e linguisticamente, enquanto

Matos (2014) entende que as demandas dos professores devem ser respondidas pelos poderes públicos, como uma incumbência do Estado.

Portanto, percebe-se que as autoras atribuem a diferentes sujeitos a reponsabilidade de ações para que se tenha, de fato, uma educação de qualidade, sendo partilhada por ambas a inquietação em alcançar esse objetivo. As autoras também compartilham o entendimento de que a participação da família (relação família-escola) e a qualificação profissional dos docentes que trabalham com esta temática são, de fato, uma necessidade, coadunando uma perspectiva de qualificação dos educadores para uma atuação mediadora mais competente.

Ademais, mesmo realizando estudos em diferentes espaços físicos, Matos (2014) e Duek (2007) deixam claro em seus trabalhos que os desafios por elas supracitados tratam-se apenas de alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos atores educacionais no cotidiano escolar.

Enfim, pondera-se que o autor vai mais além ao que diz respeito à relação entre a realidade das escolas e o que preconizam os documentos oficiais sobre inclusão escolar, evidenciando um olhar mais crítico em relação a esta questão.

5 | CONCLUSÃO

A luta pelo processo de inclusão escolar nas escolas requer a construção de novos valores, tendo em vista que não existe nenhuma receita pronta para que esse processo ocorra da melhor forma possível. Ao contrário, o que existe é uma situação que exige a busca de alternativas para reconhecer singularidades e diferenças dos indivíduos.

É na concreta convivência no contexto escolar que as diferenças individuais dos alunos são postas em questão. Isto posto, a inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais nas escolas regulares faz com que passem a ser estabelecidas novas relações, que configuram a escola como um espaço de valoração individual.

Nesse contexto, fatores como a ajuda mútua, a cooperação entre alunos, professores, familiares e funcionários da escola são de grande valia na compreensão sobre como lidar, aceitar e respeitar as diferenças.

Entendemos que o processo de inclusão vai de encontro à compreensão e ao enfrentamento da questão da diferença em sua dimensão estrutural, em que os atores se veem constantemente rodeados por barreiras que permeiam esse processo. Refletir sobre a educação inclusiva nos Brasil, haja vista seu percurso histórico e os desafios e demandas socioculturais a ela inerentes, nos conduz a reflexões sob diversas perspectivas. Nesse contexto, entendemos que falar sobre essas perspectivas é se abrir, é ouvir as diferenças, é voltar um novo olhar para essa questão.

Verificamos que a diversidade se constrói não só no campo sociocultural, mas

também no contexto da inclusão, o que aumenta o leque de possibilidades que estes profissionais têm ou poderão ter no exercício de suas atividades e nas tentativas de superação dos desafios advindos destas atividades.

Apesar de que a escola é vista como um espaço privilegiado para a interação entre os sujeitos (e quando falamos em sujeitos incluímos os indivíduos das mais variadas condições socioculturais existentes no nosso país), diversas contradições encontram-se implícitas nas relações sociais que ali são construídas.

Neste contexto, além de conhecer, compreender e discutir sobre esta questão, de forma a ouvir o que sentem, o que vivenciam e como agem os atores que lidam com a educação especial no cotidiano escolar, é preciso também buscar subsídios para, de fato, colaborar com a construção dos significados nas interações com a diferença, pois é nessa construção que será alcançada a qualidade do ensino, contribuindo para a formação desses sujeitos que fazem da educação inclusiva um ramo da educação mais do que especial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: **Revista da educação Especial**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº. 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 372 f. Belo Horizonte, 2005.

DUEK, Viviane Preichardt. **Professores diante da inclusão: superando desafios**. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Multidisciplinar de Educação Especial. Out. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/066.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MATOS, Selma Norberto. Demandas decorrentes da inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 27-40, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/viewFile/8796/pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

MÉTODOS DE PESQUISA. Organizado por Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Legislação Específica/Documentos Internacionais**.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira; MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. A Escola Comum Inclusiva. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25849/1/A_Escola_Comum_Inclusiva.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Conheça o histórico da legislação sobre inclusão**. Ago. 2014. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/31129/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-inclusao/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

C

Concepções 6, 7, 175

Conselhos municipais de educação 200

Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415

Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407

Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

F

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

I

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138

Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

O

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

P

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

R

Reflexividade 6, 80

S

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99

Superdotação 7, 183, 190, 398

Surdez 54, 398

U

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-592-1

